



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**03/05/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 8
2. JORNAL AQUI	
2.1. SEM ASSUNTO.....	9
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	10 - 12
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. SEM ASSUNTO.....	13 - 22
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. SEM ASSUNTO.....	23 - 31
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. SEM ASSUNTO.....	32 - 34
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. SEM ASSUNTO.....	35 - 42

PESQUISA

Pág. 5

## Ameaças são principal tipo de violência contra a mulher



➡ Juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo



Juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo apresentou o resultado da pesquisa "Violência doméstica contra a mulher: dados estatísticos da Vara Especializada da Comarca de São Luís".

# Ameaças são principal tipo de violência contra a mulher

Ameaças, inclusive de morte, são o principal tipo de violência doméstica contra a mulher e o principal motivo é o inconformismo do homem com o fim do relacionamento. A constatação é do juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo, titular da Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão. Ele apresentou, durante a 6ª Jornada Maria da Penha promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

o resultado da pesquisa "Violência doméstica contra a mulher: dados estatísticos da Vara Especializada da Comarca de São Luís". As lesões corporais, segundo ele, ocupam o segundo lugar entre os tipos de violência contra a mu-

lher. Isso em termos nacionais. A pesquisa na vara de São Luís (MA), com base em 512 medidas protetivas, verificou diversos dados dos agressores e das agredidas, como faixa etária, escolaridade, profissão e faixa de renda.

Outra informação importante é que 408 mil desses procedimentos foram julgados e encerrados. A apuração do CNJ mostra também que, entre os tipos de procedimentos, as prisões em flagrante aumentaram 171%, alcançando 26.416 em dezembro de 2011. Já as decretações de prisões preventivas chegaram a 4.146, tendo sido ampliadas em 162%.

## Números percentuais

O grupo de mulheres com idade entre 26 e 34 anos de idade representa 36% das agredidas. A faixa entre 35 e 43 anos corresponde a 28% dos casos verificados. Entre 18 e 25 anos estão 19% das vítimas. De acordo com Nelson Melo de Moraes Rêgo, uma das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores foi a escassez de informações. Somente 22% dos processos informavam o grau de escolaridades das vítimas (8% ensino médio, 3% ensino fundamental incompleto e 4% ensino superior completo). Na maioria dos casos, de acordo com a pesquisa, os filhos também são vítimas da violência (só 14% das mulheres agredidas não têm filhos).

## Agressores tem faixa etária entre 35 e 43 anos



Predominantemente 31% dos homens na faixa etária apresentada são responsáveis pela covardia de agressão às mulheres vítimas de violência doméstica

Os homens que agredem as mulheres têm entre 35 e 43 anos (31%) predominantemente. A faixa entre 44 e 52 anos corresponde a 16%, seguida pelos com idade entre 18 e 25 anos (13%). Pedreiros, autônomos, auxiliares de pedreiro, motorista, mecânico e vigilante são os profissionais que mais agredem as mulheres, revela a pesquisa.

Mas o juiz Nelson Melo de Moraes Rêgo afirma que a violência doméstica acontece em todas as classes sociais e meios profissionais. Médicos, advogados, empresários e até juiz de direito já figuraram na relação de agressores em São Luís. Segundo ele, o juiz não chegou a ser processado. Normalmente, as pessoas de maior renda aparecem menos nas estatísticas, porque têm vergonha de denunciar. Entretanto, ele ressalta que o desemprego é um importante fator de violência doméstica.

## Números recordes com a Lei Maria da Penha

Criada em 2006, a Lei Maria da Penha tem aumentado o número de procedimentos instaurados para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. De junho de 2010 a dezembro de 2011, por exemplo, houve crescimento de 106,7%, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) junto aos juizados e varas especializadas nesse tipo de crime em todo o país. Os dados foram divulgados durante a 6ª edição da Jornada Lei Maria da Penha, promovida pelo CNJ, e englobam desde abertura de inquéritos à instauração de ações penais e de medidas protetivas, entre outras.

De acordo com a pesquisa, foram instaurados 332.216 procedimentos desde a criação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) até junho de 2010. Em dezembro de 2011, o número chegou a 685.905, ou seja, 106,7% de aumento.

## Sudeste apresentou mais de 250 mil procedimentos

Em relação ao número de procedimentos, a região que mais se destacou nestes últimos anos foi a Sudeste, com aproximadamente 250 mil deles, seguida da Região Sul do país, com cerca de 110 mil procedimentos abertos. Também em relação aos procedimentos julgados e encerrados, o Sudeste apresentou o maior índice, de aproximadamente 130 mil. Em segundo lugar está o Centro-Oeste, com cerca de 90 mil procedimentos julgados e encerrados.

Dentre os estados, o destaque em termos de aplicação da lei tem sido o Rio de Janeiro, com 157.430 procedimentos instaurados. Em segundo lugar vem o Rio Grande do Sul, Estado onde foram abertos 81.197 procedimentos. Também figuram na lista das unidades da Federação com maior aplicação da Lei Maria da Penha: Minas Gerais (com 64.034 procedimentos), Paraná (26.105) e Espírito Santo (21.505).

## Mulheres se queixam do atendimento da Segurança Pública

Nove em cada dez reclamações feitas à Ouvidoria da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) são queixas contra o serviço de atendimento da Polícia Militar (190), a assistência prestada em delegacias de polícia tradicionais e em delegacias especializadas no combate à

violência contra a mulher. A informação é da ouvidora da SPM/PR, Ana Paula Gonçalves, que apresentou os resultados da Ouvidoria durante a 6ª edição da Jornada da Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo a ouvidora, a reclamação é um tipo de manifestação feita à Ouvidoria especificamente sobre algum serviço de atendimento à mulher. Em geral, diz respeito a alguma ocasião em que a mulher foi mal atendida ou quando o órgão não teve estrutura para recebê-la. "Vamos fazer um encontro nacional com as delegacias de atendimento à mulher para conversar sobre inquéritos e procedimentos", adiantou a ouvidora.

A Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou 14.032 reclamações desde que foi criada, em 2006.

#### **Demandas de violência contra mulher só aumentam**

A Ouvidoria da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República tem sido cada vez mais acionada para denunciar violências contra a mulher. No ano em que foi criada a Ouvidoria (2003), o número de demandas recebidas foi 56. No ano passado, o número subiu para 1.311 demandas. Segundo a ouvidora Ana Paula Gonçalves, as demandas são encaminhadas individualmente ao órgão adequado para resolver a pendência manifestada. "Quando a reclamação é sobre uma decisão judicial, por exemplo, encaminhamos a demanda ao CNJ", afirmou.

A Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) é um dos principais canais de atendimento da Ouvidoria. Desde sua criação, em 2006, já realizou mais de dois milhões de atendimentos - denúncias, pedidos de informação, orientação, reclamação, entre outros. "São cerca de 160 atendentes, todas mulheres, aptas a dar o atendimento necessário", disse a ouvidora.

#### **OEA elogia modernidade Lei brasileira**

A Organização dos Estados Americanos (OEA) elogiou, recentemente, a modernidade e os avanços do Brasil no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher observados na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), bem como a efetividade da sua aplicação pelo Judiciário. Quem transmitiu a notícia aos magistrados brasileiros foi a ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci, ao falar sobre o tema nesta quarta-feira (25/4), durante a 6ª edição da Jornada Maria da Penha, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com a ministra, é preciso reconhecer a importância do Supremo Tribunal Federal (STF) na ampliação e fortalecimento dos direitos das mulheres, particularmente no combate à violência de gênero. Eleonora Menicucci, que foi companheira de cela da presidente Dilma Rousseff durante a ditadura militar nos anos 70, agradeceu ao Judiciário "pela decência, dignidade e ética" na confirmação da validade da Lei Maria da Penha, assim como na votação de temas como união homoafetiva e interrupção da gravidez nos casos de feto anencéfalo.

A ministra enfatizou, ainda, a importância dos magistrados na defesa dos direitos humanos e no combate à violência contra as mulheres. "Os juízes - ao avaliarem o sofrimento de alguém e aplicarem as sanções aos agressores - são agentes da mudança no comportamento social. Antes se dizia 'a mulher sabe porque está apanhando'. Hoje, esse imaginário foi revertido", disse, destacando o papel educativo da lei criada em 2006.

#### **Presidente do CNJ destaca inovações**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), ministro Carlos Ayres Britto disse que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é uma das "belas e alvissareiras" novidades legislativas desde a promulgação da Constituição de 1988. O ministro fez a afirmação durante a abertura da 6ª Jornada Lei Maria da Penha, promovida pelo CNJ. O evento tem o objetivo de discutir políticas públicas do Poder Judiciário para a aplicação da referida lei e também ações integradas com outros órgãos que coíbam a violência doméstica e contra a mulher.

"Como sabemos todos, a Lei Maria da Penha é uma das belas, boas e alvissareiras novidades legislativas do Brasil pós Constituição de 1988. Ela coíbe, com severidade, como deve ser, a violência doméstica ou a violência contra a mulher no ambiente doméstico. Violência multitudinária, multifacetada, de ordem psicológica, de ordem física, sexual, de ordem moral. É uma lei ambiciosa tematicamente, porque, mais do que mudar comportamentos, muda mentalidades", declarou o presidente do CNJ.

Ayres Britto acrescentou que a Lei Maria da Penha inaugurou uma era de respeito à dignidade da mulher. "Ela (a lei) tem essa virtude estruturante em inflétir sobre toda uma cultura nacional, inaugurando uma era de respeito à dignidade intrínseca da mulher. Uma nova era de mudança de mentalidades, porque, quando se muda mentalidades, o que se muda são as pessoas. As pessoas, mais do que mudar seu comportamento, mudam sua estrutura psíquica, sua cosmovisão, sua mundividência, o seu modo peculiar de conceber e praticar a própria vida", disse.

## 80 anos de homenagens e resgate de sua história



**Presidente do Conselho Seccional, Mário Macieira, em dois momentos fazendo a entrega de placas em homenagem aos advogados da Ordem**

Em noite memorável, OAB/MA comemorou 80 anos exaltando sua histórica vocação para a luta em defesa do estado democrático de direito, direitos humanos, justiça social e aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

A cerimônia alusiva às oito décadas de existência da Seccional Maranhense foi comandada pelos presidentes do Conselho Federal, Ophir Cavalcante, e do Conselho Seccional, Mário Macieira. Ex-presidentes receberam placas de honra simbolizando reconhecimento e gratidão pelos serviços prestados à OAB/MA.

No início da solenidade, foi feito um minuto de silêncio pelas mortes, por crime de pistolagem, do jornalista Décio Sá, morto na última segunda-feira (23/04); e do advogado João Ribeiro Lima, de Presidente Dutra, morto no início do ano após a ação de pistoleiros.

Após a execução do Hino Nacional, foi lançado por Mário Macieira, e pelo diretor dos Correios, José de Lima Brandão, o selo oficial pelos 80 anos da Seccional Maranhense que deve circular no Brasil e no exterior. Ele tem duas partes: a primeira mostra um Ipê na forma da Bandeira do Brasil e a outra, a logomarca dos 80 anos da OAB/MA.

Após a peça, ex-presidentes da OAB/MA e familiares dos dirigentes já falecidos receberam placas de Honra ao Mérito pelos serviços realizados na Seccional maranhense. As honorarias foram entregues por Ophir Cavalcante e Mário Macieira, intercaladamente com a vice-presidente, Valéria Lavande; o secretário geral, Carlos Couto; a secretária adjunta, Ana Flávia Vidigal; e o tesoureiro Valdenio Caminha.

### **Autoridades prestigiam evento**

A cerimônia em homenagem aos 80 anos da OAB/MA foi prestigiada pela procuradora geral do Estado, Helena Maria Haickel, que representou o Governo do Estado; pelo prefeito de São Luís, João Castelo; o desembargador Paulo Velten, representando o Tribunal de Justiça do Estado (TJ-MA); o deputado Francisco Gomes, que representou a Assembléia Legislativa do Estado; o promotor Edinaldo Marques, representando o Ministério Público; o desembargador Bernardo Rodrigues, representando o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA); o desembargador Alcebíades Dantas, representando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-MA); o defensor geral da Defensoria Pública do Estado (DPE), Aldir Melo Filho; o juiz Ney Belo Filho, representando a Justiça Federal, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz José Brígido da Silva Lages; os conselheiros

federais Raimundo Marques, Ulisses Sousa, Guilherme Zagallo e Caldas Góis Júnior (suplente), o presidente da OAB/PI, Sigifroi Moreno Filho; o secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho; os conselheiros vitalícios da OAB/MA, José Carlos Sousa Silva; Carlos Sebastião Nina; José Antônio Almeida; Caldas Góis; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAA), Gérson Nascimento, o diretor da Escola Superior de Advocacia (ESA), Carlos Eduardo Lula; e o diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Maranhão (ECT), José de Lima Brandão.

### **Peça teatral faz resgate da entidade**

A segunda parte da solenidade foi marcada pela apresentação de uma peça teatral que fez o resgate histórico da fundação e atuação tanto da OAB Nacional como da Seccional Maranhense frente aos momentos mais delicados do Brasil, como a escravidão negra, a instalação da República, o governo de Getúlio Vargas, a Ditadura Militar, as Diretas Já, o impeachment de ex-presidente Collor; e o posicionamento sempre firme da OAB/MA frente aos assuntos polêmicos.

### **Discurso por todos homenageados**

O conselheiro vitalício e presidente da OAB/MA nos anos de 2004 a 2009, Caldas Góis, discursou em nome de todos os homenageados. "A OAB/MA nunca se limitou à fiscalização do exercício da profissão e à luta pelas prerrogativas dos advogados, mas foi muito mais além, lutando pelos direitos dos cidadãos, pela Justiça, pela paz social", exaltou.

### **Resultado do Concurso de fotografia**

Antes dos discursos finais, foi divulgado pelo cerimonial os nomes dos advogados vencedores dos concursos de Artigos e de Fotografias, alusivos aos 80 anos da OAB/MA. O primeiro lugar do Concurso de Fotografias ficou com "À Espera da Dignidade", de autoria do advogado Igor Martins Coelho Almeida (OAB/MA 8505); o segundo, com "Haverá futuro no meu Piquiá de Baixo?", do advogado Danilo Chammas (OAB/MA 10086), e o terceiro lugar foi para "Liberdade e Equilíbrio", de José Magno Moraes de Sousa (OAB/MA 4226). A vencedora do concurso de Artigos foi a advogada Juliana Martins Soares (OAB n° 9.675).

### **Fernando Pessoa como inspiração**

O presidente Mário Macieira, ao iniciar seu discurso, citou Mar Português, de Fernando Pessoa. "Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal. Valeu a pena? Tudo vale a pena, se a alma não é pequena. Ao olhar para a nossa história, digo: valeu a pena!", disse. Macieira também destacou a honra de ser o 20º presidente na história da Seccional e também de ser o dirigente da instituição nas comemorações pelos 80 anos da entidade.

### **Ophir Cavalcante cobra atitude**

Por sua vez, o presidente Ophir Cavalcante cobrou das autoridades rigor nas investigações sobre o assassinato do jornalista Décio Sá. Já na saudação à OAB-MA, Ophir destacou o orgulho também de compartilhar essa data com o aniversário de São Luís, esta terra em que tantos poetas, por 400 anos, cantaram a liberdade, o sonho e a beleza de uma nação, como Gonçalves Dias, Sousa Andrade; Odylo Costa Filho, Bandeira Tribuzi; Lucy Teixeira e Ferreira Gullar.

### **Vídeo, futebol e sorteio de carro**

Durante o evento, aconteceu ainda a exibição de um vídeo pelos 400 anos de São Luís; a premiação, com a entrega de medalhas e troféus, dos primeiros lugares das equipes que participaram do Campeonato de Futebol dos Advogados; show com os advogados que tiveram músicas incluídas no CD comemorativo dos 80 anos da OAB/MA e o sorteio de um carro Zero Km, entre os adimplentes com a Ordem. A ganhadora do veículo, um Gol Rock in Rio (Volkswagen), foi a advogada Olívia Castro Santos.

### Juiz fala a estudantes sobre o perigo das drogas e voto consciente

O valor da Justiça, as leis, o perigo das drogas e o voto consciente foram os temas abordados pelo titular da comarca de Matões, juiz Rogério Monteles da Costa, durante a abertura da II Palestra sobre o Estudante e o seu Papel Social: Perspectivas e Desafios para o Brasil, promovida pelo Centro de Ensino João Paulo I (Matões). A abertura do evento voltado para alunos do 2º e 3º anos do ensino médio e da qual o juiz participou como convidado, aconteceu na última quinta-feira, 26, no auditório da instituição. Em sua fala, Monteles ressaltou a necessidade de os jovens terem a consciência de se afastar das drogas - lícitas ou ilícitas - e dos efeitos devastadores das mesmas no organismo e na vida de quem as consome. "É importante que a pessoa evite o primeiro passo. A experimentação é a porta de entrada para a dependência, causando transtornos em várias situações, principalmente na família, trabalho e escola do usuário", alertou.



*Juiz Rogério Monteles*

### **VEPs de São Luís têm quase 100% de processos virtualizados**

O Poder Judiciário do Maranhão avança na virtualização de processos nas Varas de Execução Penal, em São Luís, onde mais de cinco mil processos – quase 100% -- já tramitam eletronicamente. O sistema, que transforma as ações em arquivos eletrônicos (VEPCNJ) – adquirido com o apoio do Tribunal de Justiça – já funciona em 56 comarcas, atendendo 107 varas.

Com a virtualização de processos, o Judiciário maranhense busca atingir as Metas 9 e 10 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabelecidas com o objetivo de estimular a tramitação eletrônica de documentos entre os órgãos do Judiciário.

### **TJMA convoca para pagar precatórios**

Cerca de R\$ 2 milhões em indenizações estão à disposição das partes vencedoras em processos judiciais contra o Estado do Maranhão e municípios. Por meio de edital, o Tribunal de Justiça maranhense (TJMA) está convocando os credores a receber o pagamento dos débitos pendentes. 178 alvarás de levantamento do crédito do ano de 2011 estão prontos à espera do credor e os valores correspondentes previstos na lei orçamentária anual. Mais R\$ 264 milhões em indenizações estão pendentes do repasse da verba orçamentária por parte do Governo ao Tribunal de Justiça.

Os precatórios devidos pelo Estado relativos ao ano de 2012 (em torno de R\$ 145 milhões) somente serão pagos após o repasse ao Tribunal dos valores referentes aos precatórios do ano passado, em respeito à ordem de apresentação e de acordo com a disponibilidade orçamentária colocada à disposição do Judiciário pelo Estado.

### **Edital de Convocação no Diário Eletrônico**

O edital de convocação para pagamento dos precatórios será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e disponibilizado no portal do Poder Judiciário na internet, onde também serão divulgadas as listas dos precatórios, conforme a atuação, o modelo atualizado do requerimento, e informações importantes para interessados – no seguinte endereço: <http://www.tjma.jus.br/site/cons/conteudo>

Para receber o pagamento do precatório, o credor deve comparecer à Assessoria Jurídica da Presidência do Tribunal e retirar o alvará, pagar o selo judicial e dirigir-se ao Banco do Brasil para efetuar o saque do valor devido.

## ▶ JUSTIÇA

## Matador de quilombola é condenado pelo Júri

Júri ocorrido na sexta-feira, 27, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bacuri, condenou a quatro anos de reclusão, em regime fechado, o réu Edvaldo Silva. Ele responde pelo homicídio de Valdemilson Borges, o "Zé", como era conhecido. O crime, ocorrido no dia 2 de outubro de 2011, ganhou grande repercussão na mídia devido ao fato da vítima ser quilombola e pelo motivo do homicídio: uma disputa por terras no município de Serrano do Maranhão, termo judiciário de Bacuri. Presidiu o júri o titular da comarca, juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca. A sessão do julgamento encerrou por volta das 19h30. Por maioria dos votos, o Conselho de Sentença reconheceu a materialidade e autoria

delitivas e rejeitou as teses de absolvição e desclassificação para homicídio culposo sustentadas pela defesa.

Atuou na acusação o promotor de justiça Nelson Nedes Guimarães. Diogo Diniz Cabral, advogado da Comissão Pastoral da Terra atuou como assistente de acusação. O advogado João José da Silva fez a defesa do réu.

Segundo o juiz, cerca de 600 (seiscentas) pessoas acompanharam o julgamento no qual foi utilizado o sistema de gravação áudio-visual. Outras (05) cinco sessões de Tribunal do Júri estão agendadas para os próximos dias 09, 10, 15, 16 e 17, sendo que as três últimas acontecem em Apicum-Açu, termo judiciário de Bacuri. As sessões dos dias 09 e 10 ocorrem na sede da comarca.

# TJ escolhe novos juízes para completar quorum nos julgamentos

POLITICANDO - Página 3

## **TJ escolhe novos juizes para completar quorum nos julgamentos (I)**

➤ O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão de ontem (2), escolheu, por sorteio, os cinco juizes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador. Foram sorteados os magistrados Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), Raimundo Moraes Bogéa (9ª Vara Cível), Rosária de Fátima Almeida Duarte (9ª Vara Criminal), Milton Bandeira Lima (Vara de Interdição e Sucessão, Tutela, Curatela e Ausência; Inventários, Partilhas e Arrolamentos) e Sebastião Joaquim Lima Bonfim (6ª Câmara Criminal).

## **TJ escolhe novos juizes para completar quorum nos julgamentos (II)**

➤ Haverá ainda convocação quando - em razão de licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais - houver possibilidade de não realização de sessão do Plenário por falta de quorum. Quando houver necessidade de quorum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que nesse caso inicia com o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, de entrância final.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.  
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau  
Cep : 65076-820 - São Luis - Ma  
Fone : 2106-9600

**EDITAL DE CITAÇÃO**  
**PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O Doutor **Luiz de Franca Belchior Silva**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e de Registros Públicos da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, na forma da Lei, *et coetera*

FAZ SABER a **EFRAIM RAMIRO BENTES** e sua esposa **IVONE FRANCO BENTES**, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Cooperativa Educacional, Cultural, Esportiva e de Lazer - COEDUC ajuizou AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO (Processo nº 49548-55.2011.8.10.0001), visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Avenida Vicente Venâncio Queiroga, s/n, Parque Timbira, nesta Capital, com área de 44.690,81 m², encravada em áreas do Loteamento Chácara Timbira (antigo sítio Caboclo), alegando posse mansa, pacífica, ininterrupta e incontestada pelo prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para CITAÇÃO dos supramencionados para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após o prazo de 30 (trinta) dias, contestarem o feito, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Ficam todos CIENTES de que a petição inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria da Vara, à inteira disposição dos interessados. E, em cumprimento à lei e para que não se alegue ignorância, mandei expedir o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 23 de março de 2012. Eu,  Marcia Lopes Ferreira, Secretária Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

  
**Luiz de Franca Belchior Silva**  
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e de Registros Públicos



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2012  
Processo n.º 5136/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por ITEM**, para **Aquisição de componentes e peças de informática**, no dia **15/05/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua do Egito, 144, Centro, CEP 65.010-190, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 02 de maio de 2012.

**Kátia Araujo Gonçalves  
Pregoeira TJ/MA**

# Justiça atua na Casa Menino Jesus

## 1ª Vara da Infância e Juventude realiza audiência concentrada para avaliar situação de crianças e adolescentes

**A** 1ª Vara da Infância e Juventude realizou na manhã de ontem uma audiência concentrada para avaliar a situação de crianças e adolescentes em acolhimento na Casa Menino Jesus. Até o dia 18 deste

mês, mais seis instituições terão audiências para decidir se os menores de idade voltarão para o convívio com os pais ou parentes.

A audiência foi presidida pelo juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude, José Américo

Abreu Costa, e contou com a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, membros da equipe interdisciplinar da 1ª Vara da Infância e Juventude, e do serviço social da Casa Menino Jesus, além de pais de crianças

“Vamos analisar caso por caso. Decidiremos se essas crianças estão aptas a voltar para suas famílias ou se serão encaminhadas para adoção. Faremos de tudo para

que a melhor decisão seja tomada para essas crianças”, disse o juiz José Américo Abreu Costa.

**Casos** - Ontem, na Casa Menino Jesus, foram analisados os casos de 18 crianças, das 20 crianças, de 0 a 5, que foram abandonadas ou sofreram maus-tratos ou negligência.

“Algumas crianças chegam aqui muito debilitadas e encontram, acima de tudo, amor e ca-

rinho. Entretanto, nada se compara com a convivência familiar”, disse Giselle Régia Penha, coordenadora em exercício de Atividades Especiais da Casa Menino Jesus.

As audiências concentradas surgiram por meio da iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em atendimento à Lei nº 12.010/2009, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantir a convivência familiar e comunitária.

## Mais

**Até o dia 18** deste mês, cerca de 100 crianças e adolescentes terão suas situações avaliadas. As audiências estão marcadas para a Casa Passagem, Casa Sonho de Criança, Lar de José, Casa Dom Calábria, Casa Luz e Vida e o Educandário Santo Antônio.

## Estado Maior

### **TJ arquiva ação contra juiz já aposentado**

O Pleno do Tribunal de Justiça decidiu, na sessão administrativa de ontem, arquivar processo contra o juiz Fernando Barbosa Oliveira Júnior, aposentado compulsoriamente sob a acusação de conduta irregular quando atuou na Comarca de Barreirinhas. **Política 3**

## Para o arquivo

O plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu ontem tornar nulo o processo administrativo disciplinar contra o juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, anteriormente aposentado compulsoriamente pelo TJ, por recomendação do CNJ, sob acusação de desvio de conduta. O juiz foi representado por suposta denúncia caluniosa contra dois funcionários do Ibama que trabalham no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Prevaleceu o entendimento do relator, desembargador José Luiz Almeida, pela anulação, por considerar que a abertura do processo se deu por decisão de apenas nove membros do Pleno, quando o número exigido seria de 13 desembargadores. Anulado o processo, a Corregedoria Geral de Justiça deverá apresentar nova proposta de instauração do procedimento, a ser novamente apreciado pelo Pleno.

O juiz aposentado deu entrada em representação por suposto crime de abuso de autoridade contra Juliana Fukuda e Edson Sousa Santos, funcionários do Ibama, alegando que eles teriam articulada a retirada de cercas irregulares no entorno do Parque dos Lençóis Maranhenses. A ação apontou como irregular a cerca de uma casa pertencente ao então juiz na praia do povoado de Atins, área pertencente à União, no município de Barreirinhas.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar o caso, a Procuradoria da República instaurou procedimento administrativo e o juiz federal substituto Neian Milhomem Cruz determinou o arquivamento dos autos por ausência de justa causa, encaminhando cópia integral para a Corregedoria Geral de Justiça adotar providências, diante da existência de indícios do crime de denúncia caluniosa por parte juiz aposentado.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi pelo arquivamento do processo, por perda do objeto, já que o juiz já havia sido aposentado compulsoriamente.

# Treze juízes estão na disputa de vagas de desembargador do TJ

Inscrições foram encerradas ontem. **Política 2**

## Tribunal encerra inscrição e 13 juízes disputarão a vaga de desembargador

Segundo o presidente do TJMA, Antonio Guerreiro Júnior, a escolha dos novos desembargadores acontece na sessão administrativa do dia 16

**Carla Lima**  
Da Editoria Política

**F**echada a lista de juízes que irão disputar duas vagas de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) - uma pelo critério de merecimento e outra pelo de antiguidade - no próximo dia 16 de maio. Ontem, foi encerrado o prazo de inscrição, e 13 magistrados estão na disputa.

Pelo critério de merecimento, em nada mudou o número de inscritos para uma cadeira de desembargador no Tribunal de Justiça. Assim como até a última sexta-feira, 12 juízes se inscreveram.

O prazo terminou ontem, e a partir de agora os magistrados terão seus currículos analisados para saber se estão dentro dos critérios estabelecidos pelo regimento interno do TJ. Os juízes não podem responder, por exemplo, a processos administrativos ou disciplinares.

Na lista dos inscritos estão Kléber Carvalho, juiz auxiliar da Presidência; Megbel Abdala, da 4ª Vara da Fazenda Pública; Marcelino Ewerton, da 2ª Vara da Família; João Santana Sousa, juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública; Luiz Gonzaga Almeida Filho, da 8ª Vara Cível, e Josemar Lopes Santos, da 1ª Vara Cível.

Também estão na disputa o juiz Tyrone Silva, da 4ª Vara Cível; José de Ribamar Castro, da 1ª Vara da Família; Raimundo Barros de Sousa, da 4ª Vara do Tribunal do Júri; Antonio José Vieira Filho, juiz da 6ª Vara da Família; Ângela Salazar, da 5ª Vara da Família, e Samuel Batista de Sousa, juiz do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

Esses magistrados receberam votos de no mínimo 16 de-

sembargadores. A votação é aberta. Os três nomes mais votados poderão compor uma lista tríplice a ser encaminhada a governadora Roseana Sarney para posterior escolha. No entanto, se alguns dos concorrentes já tiverem disputado uma vaga de desembargador, este será escolhido automaticamente.

Dos que estão na disputa pela vaga deste ano, já tentaram uma vaga de desembargador os juízes Kleber Carvalho, Megbel Abdala, Marcelino Ewerton, João Santana Sousa, Luiz Gonzaga Almeida Filho e Josemar Lopes.

Já pelo critério de antiguidade, a vaga já está garantida ao juiz Vicente de Paula Gomes de Castro, da auditoria militar.

De acordo com o presidente Guerreiro Júnior, a escolha dos novos desembargadores acontece na sessão administrativa do dia 16. "Nessa sessão, os desembargadores irão consolidar o nome do juiz Vicente de Paula Gomes de Castro. Depois, vamos deliberar sobre a vaga por merecimento. Nesse caso, teremos que analisar o currículo dos postulantes levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo magistrado", explicou Guerreiro Júnior.



Binê Morais

Pleno do Tribunal decidirá em votação aberta quem será o novo membro da Justiça de segundo grau

**OAB** - A terceira vaga é destinada a um membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de acordo com o Quinto Constitucional. A presidência do TJ já comunicou à ordem a existência da vaga. Segundo o presidente Mário Macieira, o edital que regula o período de inscrição e os critérios para a votação e escolha de nomes dos advogados que formarão a lista sêxtupla a ser encaminhada ao tribunal já está pronto.

Esse edital, que será finalizado hoje durante a reunião da diretoria da OAB, será publicado na segunda-feira e, a partir desta data, o período de inscrição será aberto. "Poderíamos publicar o edital na quinta-feira, mas os pretendentes poderiam ser prejudicados. Por isso, decidimos deixar essa publicação para a segunda-feira", disse Macieira.

## Candidatos

**Kléber Carvalho**, juiz auxiliar da Presidência  
**Megbel Abdala**, da 4ª Vara da Fazenda Pública  
**Marcelino Ewerton**, da 2ª Vara da Família  
**João Santana Sousa**, juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública  
**Luiz Gonzaga Almeida Filho**, da 8ª Vara Cível  
**Josemar Lopes Santos**, da 1ª Vara Cível.  
**Tyrone Silva**, da 4ª Vara Cível  
**José de Ribamar Castro**, da 1ª Vara da Família  
**Raimundo Barros de Sousa**, da 4ª Vara do Tribunal do Júri  
**Antonio José Vieira Filho**, juiz da 6ª Vara da Família  
**Ângela Salazar**, da 5ª Vara da Família  
**Samuel Batista de Sousa**, do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo

## Remoções I

O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou ontem remoção de cinco juízes.

Aureliano Coelho Ferreira sai de Paulo Ramos e vai para Pindaré Mirim e Mirela Cézar Freitas deixa Paraibano e vai para Olho d'Água das Cunhas - ambos por merecimento.

Por antiguidade, Elaile Silva Carvalho deixa Santa Quitéria e vai para Penalva, enquanto Alessandra Lima Silva sai de Santo Antonio dos Lopes para Turiaçu.

## Remoções II

Na mesma sessão, o TJ removeu Joscelmo Sousa Gomes de Cândido Mendes para a 3ª Vara de Bacabal.

O Pleno aprovou também o pedido de remoção da desembargadora Graças Duarte da 1ª Câmara Cível para a 5ª Câmara Cível da Corte, criada recentemente.

O desembargador-corregedor Cleones Cunha emitiu manifestação favorável às remoções.



**O juiz de Direito Francisco Reis Júnior, um inveterado apreciador de vinhos, aprovou a proposta do "Tazza Winexpert". Na foto é visto, à direita, com seu pai Francisco Reis e o sommelier César Lima (sentado, no centro). O curso transmitiu inúmeras informações e curiosidades acerca do universo vinícola, de uma forma bem didática e descontraída.**

## Remoção

O Tribunal de Justiça removeu ontem, cinco magistrados da entrância inicial para a intermediária. Aureliano Coelho Ferreira, de Paulo Ramos, vai para Pindaré - Mirim; Elaile Silva Carvalho, de Santa Quitéria, vai para Penalva; Mirela César Freitas, da Comarca de Paraibano, será a titular da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs; e Alessandra Lima Silva, de Santo Antônio dos Lopes, vai para Turiaçu.

# OAB ratifica proposta de Dino

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, anunciou ontem que irá ratificar o pedido apresentado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo presidente da Embratur, Flávio Dino, para que seja editada resolução a fim de serem criadas nos tribunais de Justiça varas especializadas em julgamento de ações na área de saúde. Ophir anunciou, ainda, a criação de uma Comissão de Defesa da Saúde, que terá como missão elaborar instrumentos para aperfeiçoar a fiscalização e sugerir a imposição de sanções a hospitais públicos e privados que deixarem de observar regras legais no trato da saúde.



OAB DIVULGAÇÃO

Flávio Dino, que perdeu o filho num hospital de Brasília, com o presidente da OAB, Ophir Cavalcanti

■ DESEMBARGADOR

# Doze juízes na disputa

Membros do Tribunal de Justiça devem apreciar, na próxima sessão plenária, nomes para preenchimento da vaga pelo critério de merecimento

AGENOR BARBOSA

**D**oze juízes estão inscritos para concorrer à vaga, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão. As inscrições foram encerradas ao final da tarde de ontem e agora será aberto o prazo para impugnação dos inscritos. Os nomes serão apreciados na primeira sessão plenária do TJ após o encerramento do prazo, que compreende o período de cinco dias, sendo necessária a presença de pelo menos dois terços dos membros da Corte, ou seja, 16 desembargadores.

Os membros da Corte escolherão o nome para o preenchimento da vaga a partir de duas votações consecutivas. Cada desembargador poderá escolher três juízes que estiverem inscritos e os que receberam a maior quantidade de votos irão compor uma lista triplíce. Essa lista será submetida a nova votação onde cada desembargador terá direito a apenas um voto e o que reunir o maior número de indicações ficará com a vaga.

O regimento do TJ determina que os desembargadores tenham acesso ao currículo dos candidatos até 24 horas antes das eleições. A votação é feita em sessão pública, sendo o voto nominal, aberto e fundamentado. Embora seja uma eleição, para proferir o voto, os desembargadores devem considerar sete critérios definidos no regimento interno para análise dos interessados na vaga como membro do Corte.

Esses parâmetros de desempenho consideram a operosidade e produtividade do juiz na comarca em que está lotado. São observados o número de processos com excesso de prazo em poder do magistrado; o número de feitos em tramitação na vara ou comarca; o número de audiências de conciliação e de instrução realizadas; o número

  
**É necessário o exercício profissional ininterrupto da atividade por 10 anos, idoneidade moral e outros pré-requisitos definidos no artigo 94 da Constituição Federal**

**Mário Macieira,**  
*presidente da OAB maranhense*

de decisões interlocutórias; a observância dos prazos legais; a residência efetiva do juiz na comarca; e a não ocorrência de anulação de decisões ou sentenças por falta de fundamentação.

Além da vaga para desembargador pelo critério de merecimento, existem duas outras vagas abertas no Tribunal sendo uma por critério de antiguidade e outra destinada a representante do quinto constitucional. Como de costume, somente um candidato se inscreveu pelo critério de antiguidade, o juiz Vicente de Paula Gomes de Castro, da Auditoria Militar. O nome dele será colocado para aclamação na sessão onde o plenário do TJ escolherá o juiz a ser promovido pelo critério de merecimento.

## Quinto Constitucional

O nome para a terceira vaga de desembargador, destinada ao quinto constitucional, será escolhido de uma lista sextupla que será elaborada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O presidente da OAB maranhense, Mário Macieira, informou que hoje, será realizada uma reunião pelo Conselho da Ordem para discutir o edital para inscrição dos membros à vaga

no TJ. Mário afirmou que o processo terá publicidade e transparência e as informações serão divulgadas no site da instituição.

De acordo com o presidente, a expectativa é que o edital seja publicado no início da próxima semana. Assim como os juízes do Tribunal de Justiça, os membros da OAB interessados na vaga precisam atender há alguns critérios. "É necessário o exercício profissional ininterrupto da atividade por 10 anos, idoneidade moral e outros pré-requisitos definidos no artigo 94 da Constituição Federal", explicou Mário Macieira.

Depois que as inscrições forem encerradas, também haverá um prazo para a interposição de



INTERNET

Colegiado de desembargadores da corte estadual, vai escolher em duas votações. Entre 12 candidatos inscritos, novo membro da corte pelo critério merecimento

recursos pelos candidatos e após o julgamento de todos os casos, a OAB escolherá seis nomes que serão encaminhados ao TJ. Essa lista será submetida à votação dos desembargadores que escolherão três nomes e encaminharão a decisão para a governadora Roseana Sarney a quem caberá a escolha final.

As três vagas para desembargador abertas no Tribunal de Justiça são resultantes da aprovação da Lei Complementar 145/12 em março deste ano que determinou a criação da 5ª Câmara Cível. Com a necessidade de mais três desembargadores por conta da nova Câmara, os membros da Corte do TJ sobem de 24 para 27.

## QUEM ESTÁ NA DISPUTA

Kléber Carvalho	(juiz auxiliar da Presidência)
Megbel Abdala	(4ª Vara da Fazenda Pública)
Marcelino Ewerton	(2ª Vara da Família)
João Santana Sousa	(7ª Vara da Fazenda Pública)
Luiz Gonzaga Almeida Filho	(8ª Vara Cível)
Josemar Lopes Santos	(1ª Vara Cível)
Tyrone Silva	(4ª Vara Cível)
José de Ribamar Castro	(1ª Vara da Família)
Raimundo Barros de Sousa	(4ª Vara do Tribunal do Júri)
Antonio José Vieira Filho	(6ª Vara da Família)
Ângela Salazar	(5ª Vara da Família)
Samuel Batista de Sousa	(5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo)

**3** Ainda no final de maio, o Tribunal de Justiça pode contar com quatro novos desembargadores. Três vagas vão ser preenchidas por dois juízes – um por merecimento e outro por antiguidade – e a terceira por um advogado da OAB. O quarto substituirá o desembargador Raimundo Freire Cutrim, que no dia 24 completa o tempo de aposentadoria, aos 70 anos.

# POLÍCIA POSSUI RETRATO FALADO DO ASSASSINO DE DÉCIO SÁ

URBANO

## atentado à imprensa

### CASO DÉCIO SÁ

# Retrato falado está pronto

Secretário Aluísio Mendes afirma que divulgação não tem data para ocorrer e critica jornalista por vazamento de informações. Itevaldo Júnior rebate

SANDRA VIANA

A investigação do caso 'Décio Sá' está sob sigilo. No entanto, o depoimento de três testemunhas foi divulgado no blog do jornalista Itevaldo Júnior e repercutido pela mídia local. Para o secretário de Estado de Segurança (SSP), Aluísio Mendes, o vazamento das informações compromete o andamento do trabalho policial e traz risco às testemunhas. "Sem dúvida alguma se trata de uma irresponsabilidade, uma falta de sensibilidade com a situação em que foram colocadas as testemunhas. Um ato que compromete e atrapalha a investigação do caso", disse. E afirmou ainda que "a polícia vem mantendo total sigilo das investigações". Os órgãos envolvidos na investigação são Delegacia de Homicídios da Polícia Civil, sob coordenação do delegado Guilherme Filho; Secretaria de Estado de Segurança (SSP); e a 1ª Vara do Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça (TJ), onde corre o processo, cuja titular do caso é a juíza Alice Rocha.

No texto do blog o jornalista antecipa que "todos os trechos que podiam levar à identificação das testemunhas foram apagados dos depoimentos". Mas, em avaliação dos trechos publicados, o secretário afirma que as testemunhas podem ser facilmente identificadas. Ele cita trecho onde a testemunha relata estar em serviço preparando caranguejo, quando avista o jornalista Décio Sá de frente para si, ou

seja, a testemunha conseguia ver a vítima possivelmente da cozinha. "Qualquer pessoa com o mínimo de inteligência vai deduzir que se trata de um cozinheiro do bar onde ocorreu o crime", reitera Aluísio Mendes.

Em outro depoimento, que segundo a avaliação do secretário também torna fácil a identificação do depoente, a testemunha diz '(...) naquele fatídico dia era a segunda vez que o repórter Décio Sá estava sendo atendido (...)'. "Facilmente entende-se que aí se trata de um garçom, um atendente do bar", observa Mendes.

Diante das conclusões tiradas pelos trechos lidos do depoimento divulgado pelo blog, o secretário reitera que deve haver atenção dos órgãos. A polícia, diz ele, cumpre seu papel nas investigações e vem avançando, e na hora certa as informações serão tornadas públicas. O secretário revela ainda já ter em mãos o retrato falado do suspeito de disparar o tiro. A reportagem insistiu com o secretário por mais informações sobre o andamento da investigação e questionou o porquê da espera para divulgar o retrato falado, mas o secretário preferiu não responder justificando o sigilo da investigação.

Quanto a alguma medida contra responsáveis pela divulgação dos documentos, o secretário diz que nada pode ser feito. Segundo ele, é esperado que cada instituição envolvida no caso tenha responsabili-

dade e atenção com as informações em seu poder. "Não foi o Sistema de Segurança, a polícia quem vazou os depoimentos. O sigilo havia sido decretado antes mesmo de iniciar a investigação policial. A responsabilidade cabe às entidades", reiterou Aluísio Mendes. A reportagem procurou a juíza Alice Rocha para questionar sobre o vazamento das informações e possíveis consequências ao caso e às testemunhas. Por meio de nota, a juíza esclareceu que "todas as formalidades que o sigilo exige, por lei, foram cumpridas no caso da investigação sobre a morte do jornalista Décio Sá". Ainda segundo a nota, "todos os documentos enviados pela polícia chegaram e saíram lacrados do gabinete da 1ª Vara do Tribunal do Júri". E é concluída a nota com a afirmação da magistrada de que "ninguém do seu gabinete teria interesse em divulgar tais depoimentos."

### Jornalista rebate

A reportagem procurou ainda o jornalista Itevaldo Júnior, autor do blog, que afirmou ser uma "irresponsabilidade o secretário convocar entrevista coletiva um dia após o crime, e sem qualquer elemento fático, anunciar que no dia seguinte divulgaria dois retratos falados - um da Polícia Técnica e outro da Polícia Federal - o que não ocorreu". Na avaliação do jornalista, "isso sim é uma irresponsabilidade". E o jornalista prossegue dizendo que "qualquer pessoa com o mínimo de inteligência, sabendo de um crime ocorrido em um bar ou restaurante estarão entre as testemunhas cozinheiros, garçons e garçonetes; tal como se o crime ocorresse em delegacia onde estariam entre os depoentes o delegado, escrivãos".

CONTINUA NA PÁGINA 2



Jornalista Itevaldo Júnior noticiou em primeira mão, em seu blog, o depoimento de três testemunhas da morte de Décio Sá, ocorrida no dia 23 de abril, na Litorânea



Secretário Aluísio Mendes tenta manter sigilo nas investigações sobre a morte de Décio

## MEMÓRIA

### Crime

● O jornalista Décio Sá foi morto na noite do dia 23, no bar Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, Praia de São Marcos, por volta das 22h. Décio foi atingido por seis tiros, sendo quatro na cabeça e dois nas costas. O atirador fugiu em uma motocicleta. Décio estava sentado quando um homem caminhando entrou no banheiro do estabelecimento para se certificar que era de fato o jornalista. Quando saiu, iniciou uma série de disparos contra a cabeça de Décio, que morreu na hora. Levou quatro tiros na cabeça e dois nas costas. Ele aguardava

um amigo no restaurante. Depois de atirar, o matador saiu caminhando e fugiu em uma moto, que o aguardava do outro lado da pista. Para praticar o crime, ele não usava capacete e pôde ser visto por testemunhas. Curiosos, amigos, jornalistas e o secretário de segurança, Aluísio Mendes, foram ao local ao saber da morte de Décio. À época, o secretário declarou tratar-se de um crime encomendado. Décio Sá era repórter do jornal O Estado do Maranhão e possuía um blog onde, entre outros temas, fazia várias denúncias.

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

### Sem espaço ao silêncio

MIEKO WADA

O secretário de estado de Segurança, Aluísio Mendes, classifica como irresponsável a divulgação de parte dos depoimentos por exposição das testemunhas. Isso lhe causou indignação. Mas a sociedade tem de aceitar sem se revoltar com as condicionantes do estado, que pretende minimizar o escandaloso e chocante assassinato de um jornalista em plena orla marítima, diante dos olhos de quem pudessem ver, com uma apuração sigilosa. O assassino sequer se preocupou em cobrir o rosto. Uma afronta a todos e principalmente a quem é responsável pela segurança da

população. À imprensa, aos meios de comunicação, cabe a função de informar, de apurar, de investigar também. E não é porque uma fonte quer o silêncio, que vamos silenciar. Ainda mais quando um caso estarrece uma população inteira. Os veículos precisam pressionar, porque não calaram apenas Décio Sá. A brutal execução do jornalista foi uma forma de tentar inibir também a liberdade de expressão de todos. Aqui não está em questão o trabalho de Décio Sá ou o seu modus operandi. Aqui está em questão uma sociedade que se diz democrática, que não deve aceitar com naturalidade a morte como pagamento de qualquer ato que seja.



**Irresponsabilidade é o secretário convocar entrevista coletiva um dia após o crime, e sem qualquer elemento fático anunciar que no dia seguinte divulgaria dois retratos falados - um da Polícia Técnica e outro da Polícia Federal - o que não ocorreu**

**Itevaldo Júnior,**  
jornalista



**Sem dúvida alguma se trata de uma irresponsabilidade, uma falta de sensibilidade com a situação em que foram colocadas as testemunhas. Um ato que compromete e atrapalha a investigação do caso,**

**Aluísio Mendes,**  
titular da SSP

## Recompensa

No dia 24, o Disque Denúncia divulgou informações sobre o retrato falado do suspeito e este possuiria características indígenas. O Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (IBCC), responsável pelo gerenciamento da Central Disque Denúncia no Brasil, recebeu doações privadas no total de R\$ 100 mil para recompensa a quem apresentar informações que levem a elucidação do caso. As denúncias estão sendo encaminhadas à Delegacia de Homicídios. Informações sobre o caso denunciar pelo Disque-Denúncia: (98) 3223 5800 (capital) / 0300 313 5800 (interior) / 0300 253 1177 (custo de uma ligação local para todo o Brasil). É garantido o anonimato da fonte

## CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 1

O sigilo das investigações foi decretado em coletiva pelo secretário na última sexta-feira, dia 27; os trechos dos depoimentos divulgados pelo blog datam dos dias 20 e 25. Portanto, compara o jornalista, dois dias antes da decretação de sigilo. Porém, o secretário diz se referir à data da divulgação dos depoimentos – ontem, dia 2. Itevaldo Júnior classifica como inadmissível que um secretário de estado faça ilações sobre fontes de um jornalista. E conclui: “meu trabalho de jornalista ninguém vai impedir que eu faça”.

## Retrato falado

Nos depoimentos, uma das testemunhas descreve, com riqueza de detalhes, características do autor dos disparos. De acordo com o depoimento, o suspeito seria “alto, aproximadamente 1,70m, moreno, cabelo liso e

trajava camisa escura e bermuda jeans”. Outra testemunha refere-se ao suspeito como sendo alguém de altura entre 1,70m e 1,75m, cabelo baixo bem aparado, porte físico ‘cheinho’, barriga acentuada, idade aparentando entre 27 e 30 anos e trajando bermuda jeans escura e camisa preta.

Os depoimentos dão conta ainda que, após o crime, o suspeito subiu as dunas com dificuldade por estar ‘fora de forma’, carregando um capacete de cor escura e um objeto que parecia uma arma. A testemunha viu que o suspeito abandonou as sandálias e deixou cair o carregador da arma. Mais dois homens aguardavam o suspeito nas dunas. Segundo o depoimento, estes já estariam no local esperando. “Está pronto e foi possível chegar ao retrato do suspeito unindo as descrições feitas pelas testemunhas. Vamos divulgar no momento certo e ainda não é o momento para isso”, concluiu Aluísio Mendes.



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA CIVIL DA CAPITAL  
**DELEGACIA DE HOMICÍDIOS DA CAPITAL - DHC**  
Pólice Especial de Segurança nº 24, Centro, fone 3372-0042/21-3098. E-mail: de.homicidios@sejap.ma.gov.br



**TERMO DE DEPOIMENTO** que presta:

Portador do CI nº e nº,  
inscrito no CPF nº e nº.

Às 11h45min do dia vinte e cinco (25) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e dois (2012), nesta cidade de São Luís/MA, nesta Delegacia Especializada de Homicídios, onde presente se achava Sr. Guilherme Sousa Filho, Delegado de Polícia Civil, conigo, Fátima Moreira, Escrivã de Polícia Civil, e compareceu o(s) senhor(s) \_\_\_\_\_, brasileiro.

**Testemunha sem impedimento legal, comprometida na forma da lei e advertido sob as penas cominadas ao falso testemunho, comprometeu-se a dizer somente a verdade do que souber e lhe for perguntado. Inquirido pela Autoridade Policial, DECLAROU QUE,**

depoente trabalha \_\_\_\_\_, localizado na Avenida Litorânea, QUE este trabalha \_\_\_\_\_, onde aconteceu o assassinato do Blogueiro DÉCIO SÁ, QUE o depoente trabalha \_\_\_\_\_, QUE quando todos as noite DÉCIO fazia caminhada e era frequentador do BARRIO DO MAR, QUE pouco mais de 2200h ao chegar no local de trabalho já encontrou DÉCIO SÁ do lado de fora do bar de costas para a rua, QUE na oportunidade DÉCIO estava usando o telefone celular, QUE ouviu DÉCIO dizer para o interlocutor “você dorme demais”, QUE DÉCIO ainda usando o aparelho celular entrou no bar e foi até o banheiro, QUE em seguida retornou oportunidade que desligou o aparelho, colocando em cima de uma mesa, QUE DÉCIO sentou-se numa cadeira na parte interna do bar, onde ficou aguardando chegada de seu pedido, uma cerveja gelada, QUE neste intervalo o depoente encontrava-se sentado do lado de fora do bar ao lado do \_\_\_\_\_, QUE se \_\_\_\_\_ encontrava-se fazendo caranguejo e comida do bar enquanto que o repórter DÉCIO estava sentado praticamente de frente para ele, QUE não viu quando o assassino desceu da moto e atravessou a avenida, QUE quando percebeu ele já havia entrado no bar, QUE \_\_\_\_\_, aproximou-se do depoente e pediu a identificação como se fosse \_\_\_\_\_.

REPRODUÇÃO DA INTERNET

Depoimento publicado no blog de Itevaldo Júnior não traz nomes de testemunhas

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela  comunicação & informação

**Hospitais** \_\_\_\_\_  
**OAB apoia proposta  
de Flávio Dino  
para criação de  
juizados de saúde**  
**Página 3**

---

## Hospitais públicos e privado

# OAB apoia proposta de Dino para criação de juzizados de saúde

O ex-deputado e ex-juiz federal Flávio Dino esteve nesta quarta-feira (2) com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, para pedir apoio da instituição no pedido feito por ele de criação de juzizados especializados em direito à saúde. A proposta foi entregue semana passada ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ayres Britto. "Mais que órgão de representação dos advogados, a OAB é uma instituição da sociedade civil que vem se pautando historicamente por lutas essenciais para nosso país", destacou Dino. "E atualmente, não conheço direito humano que seja mais afrontado no

dia-a-dia que o da saúde".

A proposta, motivada pela morte do filho de Dino, será apoiada pela OAB, garantiu Ophir. "Aproveito para mais uma vez me solidarizar. Infelizmente, este não é o único caso, mas, a partir da visibilidade que foi dada a esta tragédia, pelo respeito que você tem não só no Maranhão como em todo o país, espero que sejam encontradas soluções que ajudem o maior número possível de pessoas", afirmou o presidente da OAB, durante o encontro, na sede da instituição, em Brasília.

Na opinião de Dino, a criação de juzizados especiais em direito à saúde é importante para dar ao cidadão

uma opção a recorrer. "Hoje, a pessoa que não recebe atendimento médico não tem uma instância para reclamar sobre isso na Justiça. Recorre a quem? Ao Procon? À polícia, que, muitas vezes, não consegue enxergar a responsabilidade penal das direções dos hospitais?", questionou, durante a reunião.

Ophir também anunciou a criação de uma Comissão de Defesa da Saúde, com missão de debater instrumentos para aperfeiçoar a fiscalização de hospitais públicos e privados. "Hoje se pensa muito na medicina privada e a procura é cada vez maior pela contratação de planos de saúde, mas a ver-

dade é que não existe um aparato legal para fiscalizar se os serviços estão sendo prestados a contento e com a devida responsabilidade", afirmou Ophir. "É necessário estudar de que forma esse aparato legal pode ser criado, para termos um controle mais efetivo sobre o que tem sido feito da saúde no país".

O filho de Flávio Dino, Marcelo, faleceu, aos 13 anos, no último dia 14 de fevereiro, durante atendimento por asma no Hospital Sta. Lúcia, em Brasília. A Polícia Civil indiciou a médica responsável pelo caso por homicídio culposo e uma auxiliar de enfermagem por fraudar o prontuário médico.

## Barreirinhas

# Anulado processo contra juiz aposentado

O plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, por maioria de votos, nesta quarta-feira (2), pela nulidade de processo administrativo disciplinar contra o juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, anteriormente aposentado compulsoriamente pelo TJMA. O juiz foi representado por suposta denúncia caluniosa contra dois funcionários do Ibama que trabalham no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Prevaleceu o entendimento do relator, desembargador José Luiz Almeida, que votou pela anulação, por considerar que a abertura do processo se deu por decisão de apenas nove membros do Pleno, quando o número exigido seria de 13 desembargadores. Anulado o processo, a Corregedoria Geral de Justiça deverá apresentar nova proposta de instauração do procedimento, a ser novamente apreciado pelo plenário do TJMA.

O juiz aposentado havia dado entrada em representação por suposto crime de abuso de autoridade contra Juliana Fukuda e Edson Sousa Santos, funcionários do Ibama, alegando que eles teriam articulada a retirada de

cercas irregulares no entorno do Parque dos Lençóis Maranhenses. A ação apontou como irregular a cerca de uma casa pertencente ao então juiz na praia do povoado de Atins, área pertencente à União, no município de Barreirinhas.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar o caso, a Procuradoria da República instaurou procedimento administrativo e o juiz federal substituto Neian Milhomem Cruz determinou o arquivamento dos autos por ausência de justa causa, encaminhando cópia integral para a Corregedoria Geral de Justiça adotar providências, diante da existência de indícios do crime de denúncia caluniosa por parte juiz aposentado.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi pelo arquivamento do processo, por perda do objeto, já que o juiz já havia sido aposentado compulsoriamente. O relator disse que o processo que aposentou o juiz está subjúdice, podendo ser anulado. José Luiz Almeida, entretanto, entendeu que a instauração do processo se deu por número de desembargadores inferior ao exigido, motivo pelo qual votou pela anulação.

## Remoções de juízes são aprovadas pelo TJMA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, na sessão administrativa de ontem (2), remoção de juízes para as comarcas de Pindaré Mirim, Penalva, Olho d'Água das Cunhãs, Turiaçu e Bacabal.

Foram removidos pelo critério de merecimento os juízes Aureliano Coelho Ferreira (Paulo Ramos) para a comarca de Pindaré Mirim, e a juíza Mirela César Freitas (Paraibano) para Olho d'Água das Cunhãs, ambas de entrância inicial.

Pelo critério de antiguidade, a juíza Elaile Silva Carvalho (Santa Quitéria) foi removida para a comarca de Penalva. Já Alessandra Lima Silva (Santo Antonio dos Lopes) teve sua remoção apro-

vada para Turiaçu.

O juiz de entrância intermediária, Joscelmo Sousa Gomes (Cândido Mendes) foi removido, pelo critério de merecimento, para a 3ª vara de Bacabal.

O corregedor geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha emitiu manifestação favorável, destacando a alta produtividade e operosidade positiva dos juízes removidos. Na mesma sessão, o pleno aprovou, por unanimidade, o pedido de remoção da desembargadora Graças Duarte da 1ª Câmara Cível para a 5ª Câmara Cível da Corte, criada pela Lei Complementar nº 145/12, promulgada no dia 20 de março e instalada na sessão plenária do dia 28 de março deste ano.

## Treze juízes disputarão nova vaga de desembargador do TJ-MA

Treze juízes irão disputar duas vagas de desembargador do Tribunal de Justiça (TJ-MA) – uma pelo critério de merecimento e outra pelo de antiguidade – no próximo dia 16 de maio. Ontem, foi encerrado o prazo de inscrição. Pelo critério de merecimento, em nada mudou o número de inscritos para uma cadeira de desembargador no Tribunal de Justiça. Assim como até a última sexta-feira, 12 juízes se inscreveram.

O prazo terminou ontem, e a partir de agora os magistrados terão seus currículos analisados para saber se estão dentro dos critérios estabelecidos pelo regimento interno do TJ-MA.

Os juízes não podem responder, por exemplo, a processos

administrativos ou disciplinares. Na lista dos inscritos estão Kléber Carvalho, juiz auxiliar da Presidência; Megbel Abdala, da 4ª Vara da Fazenda Pública; Marcelino Ewerton, da 2ª Vara da Família; João Santana Sousa, juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública; Luiz Gonzaga Almeida Filho, da 8ª Vara Cível, e Josemar Lopes Santos, da 1ª Vara Cível.

Também estão na disputa o juiz Tyrone Silva, da 4ª Vara Cível; José de Ribamar Castro, da 1ª Vara da Família; Raimundo Barros de Sousa, da 4ª Vara do Tribunal do Júri; Antonio José Vieira Filho, juiz da 6ª Vara da Família; Ângela Salazar, da 5ª Vara da Família, e Samuel Batista de Sousa, juiz do 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo.

## Vara da Infância dá início à série de audiências concentradas

A 1ª Vara da Infância e Juventude da capital deu início ontem (2), na Casa da Criança do Tribunal de Justiça, à série de audiências concentradas que se estendem até o dia 18 de maio. Presididas pelo titular da unidade, juiz José Américo Abreu Costa, as audiências visam à avaliação de crianças e adolescentes que se encontram em abrigos. Nesse primeiro dia de trabalho, estão programadas 14 audiências.

No total, são 61 audiências

concentradas agendadas para os dias 2, 3, 4, 7, 10, 11, 14, 17 e 18, onde a ação se dá, respectivamente, na Casa da Criança (14), SVAM (dias 3 e 4, com 11 audiências), Educandário Santo Antonio (1), Pouso (3), Casa de Passagem (8), Casa Sonho de Criança (2), Lar de José (4), Lar Dom Calábria (8) e Casa Luz e Vida (10).

Além do juiz e de membros da equipe interdisciplinar da 1ª Vara da Infância e da Juventude, participam das audiências

representante do Ministério Público, Defensoria Pública e diretores dos abrigos.

Segundo José Américo Costa, a situação de aproximadamente 40 casos de crianças será verificada. "Conforme o caso, as crianças e adolescentes são entregues aos pais mediante termo de guarda ou encaminhadas para adoção. Em outros casos, a decisão será pelo prosseguimento da ação de destituição de poder familiar ou a manutenção do

acolhimento nos abrigos", esclareceu.

Surgidas por meio de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, as audiências concentradas atendem à Lei nº 12.010/2009, que trata do aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantir a convivência familiar e comunitária.

Em todo o país, cerca de 50.000 crianças e adolescentes se encontram em programas de acolhimento institucional.

## ***Juiz fala a estudantes de Matões sobre drogas e voto consciente***

O valor da Justiça, as leis, o perigo das drogas e o voto consciente foram os temas abordados pelo titular da comarca de Matões, juiz Rogério Monteles da Costa, durante a abertura da II Palestra sobre o Estudante e o seu Papel Social: Perspectivas e Desafios para o Brasil, promovida pelo Centro de Ensino João Paulo I (Matões). A abertura do evento voltado para alunos do 2º e 3º anos do ensino médio e da qual o juiz participou como convidado, aconteceu na última quinta-feira (26), no auditório da instituição.

Em sua fala, Monteles ressaltou a necessidade de os jovens terem a consciência de se afastar das drogas – lícitas ou ilícitas – e dos efeitos devastadores das mesmas no organismo e na vida de quem as consome. “É importante que a pessoa evite o primeiro passo. A experimentação é a porta de entrada para a dependência, causando transtornos em várias situações, principalmente na família, trabalho e escola do

usuário”, alertou.

Discorrendo sobre a importância do voto consciente, o juiz destacou que “a corrupção política atinge toda a sociedade”. Nas palavras do magistrado, o político que compra votos vai querer recuperar o dinheiro gasto com esses votos. “E ainda querer ganhar muito mais, podendo chegar a milhões. Desse modo, a corrupção eleitoral vai atingir a todos”, frisou. Monteles finalizou a palestra destacando o valor da Justiça e a existência das leis. E explicou: “um político que for pego comprando votos irá responder na Justiça por crime eleitoral, podendo perder o mandato e ficar inelegível”.

Essa é a segunda vez que o juiz participa de ciclo de palestras promovido pela instituição de ensino. Analisando a participação no evento, Monteles destaca que “nada melhor do que ir à escola esclarecer adolescentes ávidos por novas experiências. É de suma importância”, avalia.

# Anulado processo contra juiz aposentado de Barreirinhas

O plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, por maioria de votos, ontem (2), pela nulidade de processo administrativo disciplinar contra o juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, anteriormente aposentado compulsoriamente pelo TJMA. O juiz foi representado por suposta denúncia caluniosa contra dois funcionários do Ibama que trabalham no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Prevaleceu o entendimento do relator, desembargador José Luiz Almeida, que votou pela anulação, por considerar que a abertura do processo se deu por decisão de apenas nove membros do Pleno, quando o número exigido seria de 13 desembargadores. Anulado o processo,



**Desembargador José Luiz Almeida, relator do processo**

a Corregedoria Geral de Justiça deverá apresentar nova proposta de instauração do procedimento,

DIVULGAÇÃO

a ser novamente apreciado pelo plenário do TJMA.

O juiz aposentado havia dado entrada em representação por suposto crime de abuso de autoridade contra Juliana Fukuda e Edson Sousa Santos, funcionários do Ibama, alegando que eles teriam articulada a retirada de cercas irregulares no entorno do Parque dos Lençóis Maranhenses. A ação apontou como irregular a cerca de uma casa pertencente ao então juiz na praia do povoado de Atins, área pertencente à União, no município de Barreirinhas.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar o caso, a Procuradoria da República instaurou procedimento administrativo e o juiz federal substituto Neian Milhomem Cruz determinou

o arquivamento dos autos por ausência de justa causa, encaminhando cópia integral para a Corregedoria Geral de Justiça adotar providências, diante da existência de indícios do crime de denúncia caluniosa por parte juiz aposentado.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça foi pelo arquivamento do processo, por perda do objeto, já que o juiz já havia sido aposentado compulsoriamente. O relator disse que o processo que aposentou o juiz está subjúdice, podendo ser anulado. José Luiz Almeida, entretanto, entendeu que a instauração do processo se deu por número de desembargadores inferior ao exigido, motivo pelo qual votou pela anulação.

## ***TJMA escolhe novos juízes para completar quórum nos julgamentos***

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão de ontem (2), escolheu, por sorteio, os cinco juízes de Direito da comarca de São Luís, que deverão compor quórum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador.

Foram sorteados os magistrados Tyrone José Silva (4ª Vara Cível), Raimundo Moraes Bogéa (9ª Vara Cível), Rosária de Fátima Almeida Duarte (9ª Vara Criminal), Milton Bandeira Lima (Vara de Interdição e Sucessão, Tutela,

Curatela e Ausência; Inventários, Partilhas e Arrolamentos) e Sebastião Joaquim Lima Bonfim (6ª Câmara Criminal).

Haverá ainda convocação quando – em razão de licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais – houver possibilidade de não realização de sessão do Plenário por falta de quórum. Quando houver necessidade de quórum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que nesse caso inicia com o juiz Tyrone José Silva, da 4ª Vara Cível, de entrância final.

## ■ Execuções fiscais

A Corregedoria Nacional de Justiça vai criar grupo de trabalho com representantes do Judiciário de todo o país para definir uma estratégia de ação que previna a entrada de novos processos de execução fiscal na Justiça.

O objetivo é estimular que conflitos relacionados à cobrança de impostos municipais seja solucionado em âmbito administrativo, evitando a abertura de ações judiciais, que, além de congestionar a Justiça, muitas vezes não resultam no pagamento da dívida.

As execuções fiscais correspondem a cerca de um terço dos processos em tramitação na Justiça brasileira.

## Proposta de Flávio Dino de criação de juizados de saúde tem apoio da OAB

O ex-deputado e ex-juiz federal Flávio Dino esteve ontem com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, para pedir apoio da instituição no pedido feito por ele de criação de juizados especializados em direito à saúde. A proposta foi entregue semana passada ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ayres Britto.

“Mais que órgão de representação dos advogados, a OAB é uma instituição da sociedade civil que vem se pautando historicamente por lutas essenciais para o nosso país”, destacou Dino. “E atualmente, não conheço direito humano que seja mais afrontado no dia a dia que o da saúde”.

A proposta, motivada pela morte do filho de Dino, será apoiada pela OAB, garantiu Ophir. “Aproveito para mais uma vez me solidarizar. Infelizmente, este não é o único caso, mas, a partir da visibilidade que foi dada a esta tragédia, pelo respeito que você tem não só no Maranhão como em todo o país, espero que sejam encontradas soluções que ajudem o maior número possível de pessoas”, afirmou o presidente da OAB, durante o encontro, na sede da instituição, em Brasília.

Na opinião de Dino, a criação de juizados especiais em direito à saúde é importante

para dar ao cidadão uma opção a recorrer. “Hoje, a pessoa que não recebe atendimento médico não tem uma instância para reclamar sobre isso na Justiça. Recorre a quem? Ao Procon? A polícia, que muitas vezes não consegue enxergar a responsabilidade penal das direções dos hospitais?”, questionou durante a reunião.

Ophir também anunciou a criação de uma Comissão de Defesa da Saúde, com missão de debater instrumentos para aperfeiçoar a fiscalização de hospitais públicos e privados.

“Hoje se pensa muito na medicina privada e a procura é cada vez maior pela contratação de planos de saúde, mas a verdade é que não existe um aparato legal para fiscalizar se os serviços estão sendo prestados a contento e com a devida responsabilidade”, afirmou Ophir. “É necessário estudar de que forma esse aparato legal pode ser criado, para termos um controle mais efetivo sobre o que tem sido feito da saúde no país”.

O filho de Flávio Dino, Marcelo, faleceu, aos 13 anos, no último dia 14 de fevereiro, durante atendimento por asma no Hospital Sta. Lúcia, em Brasília. A Polícia Civil indiciou a médica responsável pelo caso por homicídio culposo e uma auxiliar de enfermagem por fraudar o prontuário médico.